

SOBRE A INSUBMISSÃO DE LEON TOLSTOI
ABOUT THE INSUBMISSION IN LEON TOLSTOY

Thiago David Stadler¹

Recebido em: 07/2018
Aprovado em: 08/2018

Resumo: Proponho neste artigo uma análise a respeito da noção de *insubmissão* em Leon Tolstói que integra o embate entre Estado e sociedade civil. Para tanto, questões fundamentais surgem: haveria a necessidade de manutenção de uma estrutura baseada exclusivamente no uso da força? O uso da violência é um instrumento legítimo da sociedade civil na busca pela auto-gestão? Ambas as questões são respondidas de forma negativa por Tolstói e por este motivo é um convite ao pensar de nossas reações contemporâneas frente ao Estado, a violência e a submissão.

Palavras-chave: Anarquismo; Estado; Insubmissão; Sociedade; Violência.

Abstract: I propose in this article an analysis about the notion of insubmission in Leon Tolstoy that compose the clash between the State and the civil society. Therefore, fundamental questions arise: would it be necessary the maintenance of a structure based exclusively in the use of force? Is the use of violence a legitimate instrument of the civil society in the pursuit of self-management? Both the questions are answered negatively by Tolstoy and, for that reason, it is an invitation to think about our contemporary reactions on the State, the violence and the submission.

Key-words: Anarchism; State; Insubmission; Society; Violence.

Em 1971 fora publicado um livro polêmico intitulado *The Anarchist Cookbook* pelo jovem William Powell com o intuito de protestar contra a participação norte-americana na Guerra do Vietnã (1955-1975). Com grande acolhida entre a juventude de várias partes do mundo o livro se tornou um manual para a construção de artefatos bélicos que deveriam ser utilizados nos combates entre a sociedade civil e o Estado estabelecido. O que poucos esperavam era que tais receitas explosivas tornar-se-iam mais freqüentes nos telejornais que anunciavam atentados e mortes em espaços como o das universidades, escolas e lojas e não na arena de conflito composta por sociedade civil *versus* Estado.

Apesar do claro arrependimento que William Powell demonstrou no documentário

¹ Doutor em História. Professor adjunto do Colegiado de Filosofia da Universidade Estadual do Paraná *campus* de União da Vitória. Professor efetivo do Programa de Mestrado Profissional em Filosofia (PROF-FILO). Professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (PPGHIS). Pesquisador do Núcleo de Estudos Mediterrânicos (NEMED-UFPR). Contato: thibastadler@gmail.com

American Anarchist produzido pela Netflix, ainda hoje o livro continua servindo como inspiração para diversos movimentos ao redor do mundo – com ou sem inspiração anarquista. Dentre estes diversos movimentos de escala mundial fixo-me naqueles que poderia vulgarmente chamar de movimentos anarquistas – com princípio de contestação da autoridade e luta contra uma força estabelecida. Tais movimentos, seja a partir dos relatos do documentário *American Anarchist*, seja a partir das imagens do livro *The Anarchist Cookbook* e de um imaginário coletivo estabelecido desde a metade do século XIX a partir dos diversos teóricos e diversas práticas anarquistas, aparecem retratados com as marcas da marginalidade social, da violência exagerada, como sujeitos que bradam gritos de desordem social, com roupas rasgadas e cabelos desarrumados, declaradamente contra tudo e todos e, logicamente, ostentando um **A** cercado por um **O** enquanto simbologia derivativa da máxima de Proudhon (1975, p.239): a sociedade procura a **Ordem** na **Anarquia**. Em linhas gerais, o estereótipo do anarquista é o do “assassino a sangue-frio, que ataca com punhais e bombas os pilares simbólicos, anarquia é sinônimo de caos” (WOODCOCK, 2007,p.08).

Não é preciso grande esforço teórico nem mesmo esforço prático para compreender que a concepção de “ordem na anarquia” de Proudhon não foi o suficiente para refazer o imaginário em torno do anarquismo que, desde o século XIX até os dias de hoje, ficou marcado por uma acepção negativa relacionada à desordem. São os posicionamentos como o do girondino Brissot que permanecem vívidos em nossa sociedade,

(...) leis que não são cumpridas, autoridades menosprezadas e sem força, crimes sem castigo, a propriedade atacada, direitos individuais violados, moral do povo corrompida, ausência de constituição, governo e justiça, tais são as características do anarquismo. (WOODCOCK, 2007, p.09)

É justamente na contramão desta construção negativa do termo anarquia que proponho abordar neste artigo as contribuições do literato russo Leon Tolstói (1828-1910) a partir de algumas reflexões em torno de três ensaios intitulados *Da Insubmissão*, *Sobre a Revolução* e *Aos Políticos*. Apesar de estar ciente de que Tolstói associa o anarquismo à violência repudiando tal denominação, “sua total oposição ao Estado e a outras formas de autoritarismo o coloca obviamente dentro da órbita do pensamento anarquista” (WOODCOCK, 2007, p.21). Sigo, dessa forma, com minhas considerações a respeito deste tipo de anarquismo tolstoiano².

² Mesmo com uma postura negativa em relação ao termo “anarquia”, Tolstói não se mostrou descontente quando em 1900 o alemão Paul Eltzbacher o incluiu em um compêndio acerca do pensamento anarquista.

Apesar de suas longas barbas Leon Tolstói acabou careca; era filho de um conde e de uma princesa; fora vegetariano e trajava-se como um camponês russo; manteve sua fé no Deus cristão apesar de nutrir incontáveis problemas com a Igreja. Quantas distinções em relação à construção da imagem contemporânea de um anarquista! Também diferente das imagens normalmente propagadas pela mídia em que representam como anarquistas todos aqueles que estão armados com coquetéis molotov e quaisquer artefatos que sirvam como armas de enfrentamento, Tolstói se mostrou contrário a todos os movimentos/revoluções que tinham na violência uma arma contra a força estabelecida. Amparado em uma perspectiva de comunidade cristã primitiva Tolstói (2010, p.75) propagava uma conduta de vida na qual a violência deveria se tornar inútil já que,

[os homens] só podem ser verdadeiramente livres quando todos igualmente estiverem convencidos da inutilidade, da ilegitimidade, da violência e obedecerem às regras estabelecidas, não por medo da violência ou da ameaça, mas pela convicção racional.

Ciente de que tal proposta de não-violência implica na necessidade de se pensar outros instrumentos de enfrentamento ao Estado estabelecido é justa a pergunta, que o próprio Tolstói se fez, de como a sociedade civil pode enfrentar o Estado sem o uso da violência? Para responder esta questão se faz necessário em primeiro lugar compreender o motivo pelo qual a violência é ineficaz quando o enfrentamento se dá no nível sociedade *versus* Estado, pois ainda resiste no imaginário coletivo a noção do combate à violência pelo uso da própria violência. Desse modo, Tolstói indica que a ineficácia do uso da violência civil se dá pelo fato do Estado não temer as impetuosas tentativas de tomada de poder – ou de destruição de poder – já que possui em suas mãos uma força invencível: a aliança de um exército disciplinado com um instinto de conservação. Quaisquer tentativas violentas levadas a cabo por organizações ou agrupamentos civis contra o Estado teriam como consequência a perda de pessoas de valor e o acréscimo de força e brutalidade nas ações do próprio Estado.

São estas pessoas de valor que Tolstói (2010, p.73) chamava de “revolucionários”, mas sem a admiração própria da juventude que via nestes homens um ideal a ser seguido:

Mas é impossível não ver que a atividade desses homens [revolucionários] só

pode guiá-los à sua desgraça e à agravação da situação geral. O que faz com que homens inteligentes, morais, possam entregar-se por inteiro a uma atividade com tanta evidência inútil?

Entendendo que a violência só gera mais violência; entendendo que a morte de pessoas inteligentes em uma luta que antecipadamente já se sabe perdida, resta-me voltar à pergunta: como enfrentar a força do Estado sem o artifício falho da violência civil? Tolstói propôs que a única saída para os indivíduos combaterem o Estado de forma efetiva era a não-submissão às exigências tanto governamentais quanto das instituições que exalam poder hierárquico na constituição geral do Estado – como as superstições propagadas pela instituição da Igreja. Como consequência desta *insubmissão* haveria a pronta negação à propriedade privada e a todos os ordenamentos e atividades baseadas no uso da força e da obrigação enquanto mecanismos de sustentação do poder. A título de esclarecimento: negar a instituição da Igreja não significava para Tolstói (1994, p.76) a negação da mensagem bíblica – “Em lugar algum, aparece qualquer indício de que Deus ou Cristo tenha fundado algo semelhante ao que os fiéis entendem pela palavra igreja”.

Nova pergunta se faz necessária para desvendar os possíveis encaminhamentos da proposta anárquica de Tolstói: como esta negação ou *insubmissão* se dá na sociedade? Tolstói efetiva a não-submissão em dois espaços: o do Estado e o da Igreja. Em relação ao Estado os cidadãos deveriam se negar de participar no serviço militar obrigatório e negar o pagamento de impostos. Um duplo ataque de *insubmissão* nas duas esferas de monopólio de um Estado moderno: o da violência e o do tributo. Até os dias de hoje, ao menos no Estado brasileiro, é o serviço militar obrigatório o responsável por transformar cidadãos em soldados, assim como, os impostos são convertidos em sua devida proporção em uma mera manutenção da própria estrutura repressora do Estado. Já em relação à instituição da Igreja a negação deveria atingir a quaisquer ritos e regras criadas para o estabelecimento de hierarquias sociais. A busca pelo bem geral e pela justiça teria como guia a mensagem de vida simples propagada exclusivamente nos Evangelhos construindo uma formação de atitudes umbilicalmente atreladas à forma de vida. (OLIVA, 2005, p.07)

Percebe-se que o ataque da sociedade civil ao Estado se dá pela *insubmissão*, ou seja, a partir da não-participação e da desobediência aos pilares que sustentam a força estabelecida. Impostos, hierarquias e serviço militar apenas agravam a subjugação da sociedade frente ao Estado já que este conjunto de monopólios institucionais promove a sustentação de grupos bestializados e embrutecidos que servem de instrumento para a efetivação das crueldades do

Estado.

É preciso ressaltar que Tolstói estava ciente de que esta proposta de *insubmissão* não era um caminho fácil já que a força do Estado não repousava apenas no monopólio da violência e do tributo. Outros instrumentos tão relevantes quanto o exército e os impostos estavam nas mãos poderosas do Estado:

Os governos tomaram posse não só de enormes riquezas das quais foram despojados os povos, não apenas do exército disciplinado recrutados cuidadosamente, mas também dos meios morais de ação sobre as massas: a direção da imprensa, da religião, e, principalmente, a educação (2010, p.47).

Colocar-se contra o Estado é compreender que o mesmo não se sustenta pela união, pela eleição ou por representação de outros princípios, mas única e exclusivamente pela força. Força encarnada no exército; força representada em discurso oficial de imprensa; força motora de uma educação forjada por interesses próprios do Estado. Tolstói (2010, p.74) percebeu que esta estrutura de forças concebida pelo Estado acrescentava um elemento decisivo no processo dificultoso da *insubmissão* e que nunca poderia ser menosprezado: todo movimento de enfrentamento com o Estado deve levar em consideração que uma parcela da própria sociedade reconhece ao Estado o direito de dispor do trabalho (na forma de impostos) e dispor da própria pessoa (na forma do serviço militar).

Esta mesma parcela da sociedade defende o direito de alguns possuírem posse exclusiva de terra e, ao reconhecerem estas liberdades de alguns poucos, privam a maioria de dispor de seu próprio trabalho e de si mesmo. Ao detectar esta parcela da sociedade que preza pela auto-preservação e não se importa com a força repressora e limitadora do Estado, Tolstói (2010, p.56) chega à conclusão de que era preciso uma mudança e aperfeiçoamento de si mesmo e dos demais cidadãos, pois a força do Estado só poderia ser destruída com a elaboração de uma consciência razoável dos homens. Assim, a mudança individual efetiva era pedra basilar para quaisquer transformações tolstoianas.

A elaboração desta consciência razoável deveria passar pela compreensão de certos elementos que conduzem a vida de um cidadão em sociedade ou que reduzem a vida deste mesmo cidadão a um simples sacrifício material e moral em prol do Estado. Desse modo, uma pergunta fundamental para quaisquer cidadãos que almejassem uma consciência razoável seria: se um cidadão deve sacrifícios materiais e morais ao Estado, o que é este Estado em cujo nome deve-se fazer tais sacrifícios? E qual é a missão deste Estado? A resposta completa de Tolstói (2010, p.30) se faz necessária para posterior análise:

Ao dar-se conta da crueldade da luta de uns contra os outros, e do perigo que o indivíduo corre, o homem busca proteção, transferindo seus interesses privados à comunidade social. Considerando isso, o resultado do sistema de conscrição é que o homem, feito o sacrifício que consiste em escapar da cruel batalha e dos difíceis avatares da vida, é chamado uma vez mais a enfrentar os perigos que tinha desejado evitar e, por isso, a comunidade – o Estado – à qual os indivíduos fizeram oferenda prévia de suas vantagens, está agora exposta ao mesmo risco de destruição que o próprio indivíduo havia confrontado antes. (...) com a diferença de que, em vez da luta entre indivíduos do mesmo grupo, a batalha é agora entre uns e outros grupos.

O Estado descrito por Tolstói é uma comunidade pitoresca, pois os mesmos cidadãos que buscaram a proteção coletiva com o sacrifício de seus interesses por não desejarem participar de batalhas violentas passam a integrar uma comunidade – chamada de Estado – que os convoca para compor um grupo que tem como principal objetivo o uso da violência. Desse modo, o indivíduo que buscou na figura do Estado um refúgio para evitar a morte violenta passa, de modo obrigatório, a se expor em combates violentos em defesa dos interesses deste mesmo grupo. Abre-se mão da violência individual para abraçar a violência obrigatória e coletiva. Assim, a busca por uma consciência razoável passa pela compreensão de que o serviço militar obrigatório é contrário a todo e qualquer tipo de vida simples e austera já que expõe o indivíduo a um grau de violência significativamente superior. Como comprovar que este raciocínio se faz correto? De acordo com Tolstói seria necessário compreender os porquês da perversidade do serviço militar obrigatório. Tolstói elencou ao menos oito perversidades oriundas da obrigatoriedade militar e que compunham um panorama geral acerca da necessidade de *insubmissão* a esta força do Estado:

- i. Todos os cidadãos convertem-se em seus próprios opressores;
- ii. O serviço militar exige a violência;
- iii. Ao transferir seus interesses privados a um Estado mantido por um exército o indivíduo coloca-se em um risco maior ainda;
- iv. Pagam-se impostos para manter a estrutura bélica, ou seja, parte do trabalho do cidadão é revertida em pura violência;
- v. A presença da violência faz não valer a pena as melhorias sociais;
- vi. O exército intimida os próprios cidadãos com atos opressores;
- vii. Pensa-se a ordem e o bem-estar da população a partir da ordem militar, qual seja a da violência.

- viii. No limite extremo da obediência o soldado submete-se à estrutura geral do Estado e passa a realizar tudo quanto o Estado deseja empreender.

Percebe-se o íntimo vínculo entre cidadãos, soldados, violência e opressão. Cidadãos que se transformam em carrascos de outros cidadãos. Violência que não encaminha melhorias na vida cotidiana. A plena militarização do cotidiano civil só traria como resultado aquilo que é próprio do ordenamento militar: o risco da opressão. A partir destas perversidades da força militar Tolstói pensou acerca daqueles indivíduos que continuam se submetendo ao Estado a partir do serviço militar obrigatório mesmo diante de tamanha crueldade. Por que se comportariam desta forma? Unicamente para manter uma estrutura de violência ou por pura hipnose criada pela falsa noção – ou superstição – do patriotismo. O passo importante dado por Tolstói nesse tipo de discussão é conferir aos cidadãos que não se rebelam uma obrigatoriedade de pensar os reais motivos pelos quais os sacrifícios de servir ao Estado são feitos. Afinal, o que leva a manutenção por parte dos cidadãos de uma estrutura de violência estatal e o que significam os cânticos patrióticos? Tolstói apresentou três argumentos que em seu tempo seriam legitimadores de uma missão do Estado, ou seja, três motivos que fazem com que a população defenda a necessidade da existência e manutenção de um Estado:

- *Primeiro Argumento*: “Não fosse pelo Estado [afirmam-nos] estaríamos sujeitos à violência e aos ataques dos perversos em nosso próprio território”. (2010, p.34)
- *Segundo Argumento*: “Costuma-se dizer que sem o Estado não haveria instituições, educação, moralidade, religião nem harmonia universal; que não haveria meios de comunicação; que sem o Estado estaríamos desprovidos dessa organização tão necessária a todos”. (2010, p.36)
- *Terceiro Argumento*: “Não fosse pelo Estado e pela autoridade do governo as nações seriam invadidas umas pelas outras”. (2010, p.37)

Percebe-se a força destes três argumentos no tocante à legitimação do Estado, pois ainda nos dias de hoje se fazem presentes em diversas discussões de cunho político. Tendo como horizonte a *insubmissão* aos poderes hierárquicos do Estado, Tolstói construiu breves respostas contrariando a dinâmica proposta nos argumentos anteriormente citados buscando, com isto, os porquês destes argumentos não justificarem a necessidade da manutenção do Estado e, por conseqüência, não justificarem que os cidadãos continuassem a se submeter ao Estado.

Quanto ao primeiro argumento [violência dos perversos]: em princípio é preciso se perguntar *quem são estes indivíduos perversos?* A resposta dada por Tolstói (2010, p.35) não agradou e continua sem agradar até os dias de hoje, pois afirmou categoricamente que os perversos são “homens como nós”. Basta olharmos para a realidade que nos circunda para compreendermos que ameaças ou castigos advindos do Estado são impotentes para encerrar com a violência propagada por nós mesmos. Desse modo, legitimar a existência do Estado apenas pela noção de proteção/punição não seria o suficiente para os cidadãos sacrificarem suas vidas simples em prol de uma estrutura incapaz de gerir a violência. Somado a isto é preciso lembrar que a própria punição – chamada por Tolstói de “padrão moral dos castigos” – seria infringida *por* cidadãos bestializados pelo Estado *em* cidadãos que se sacrificam pela manutenção do Estado.

Quanto ao segundo argumento [ausência de instituições]: a valia deste argumento estaria em um passado longínquo, mas afirmou Tolstói que já em seu próprio tempo as instituições básicas existiam em maior ou menor grau. O que isto quer dizer? Ao extinguir o Estado não se extinguiriam os meios de comunicação, as estradas, as estruturas materiais, as escolas, etc. Haveria uma remodelação estrutural que não implicaria na extinção das estruturas e conquistas até então alcançadas. Em uma expressão: retirar o Estado não retira a sociedade, aja visto que o Estado seria uma construção posterior. Tolstói (2010, p.37) vai mais a fundo ao afirmar que o Estado seria, inclusive, um obstáculo para as novas formas de vida e organizações sociais dando como exemplo a dificuldade da legitimação por parte do Estado no tocante à abolição do castigo corporal, da tortura e da escravidão. Se o segundo argumento prioriza a necessidade do Estado enquanto guardião das instituições, Tolstói propôs o contrário ao afirmar que o Estado reduz as chances destas mesmas instituições ganharem novas perspectivas advindas das manifestações da sociedade.

Quanto ao terceiro argumento [invasão estrangeira]: Tolstói resolve esta afirmação com a simples noção de que é a violência do próprio Estado que gera a necessidade de proteção, ou seja, o medo das invasões estrangeiras se sustenta enquanto existir a noção de Estado estrangeiro – todos os Estados adotam a mesma postura em relação aos outros Estados. Desse modo, se todos professassem os mesmos princípios de liberdade e fraternidade não necessitariam defender-se dos vizinhos. Tolstói (2010, p.37) encerra este contra-argumento com grande clareza ao afirmar que “não só o aumento da força armada não consegue proteger-nos do perigo de um ataque de nossos vizinhos, como também, de fato, provoca o ataque que se prognostica” - aumentar a força militar já demonstra as intenções de violência.

Diante do que fora exposto até aqui, a necessidade do Estado para o funcionamento da sociedade estaria posta em xeque,

(...) todo homem que reflita sobre a necessidade do Estado em nome do qual se exige que esse mesmo homem sacrifique sua paz, sua segurança, sua vida, tem de chegar à conclusão de que não existe nenhum fundamento razoável para tais sacrifícios. (2010, p.38)

Se nem o patriotismo nem a manutenção de uma estrutura de forças seriam fundamentos razoáveis para que os cidadãos se sacrificassem em nome do Estado parece-me justo refazer a pergunta: Por que as pessoas continuariam preferindo a obediência à *insubmissão*? A nova abordagem dada por Tolstói (2010, p.38) é a de que os cidadãos costumam submeter-se sem o uso da razão deixando-se levar pela “lei do menor esforço”. A *insubmissão* ou o negar-se à submissão exige esforço e um pensamento independente que não se alcança sem abrir mão das vantagens da submissão. Então haveria vantagem para o submisso? Se o submisso ocupasse um lugar na classe abastada suas vantagens seriam as de receber terras e condecorações em seu “traje de palhaço” – termo usado por Tolstói para definir a farda militar. Se o submisso ocupasse um lugar na classe trabalhadora vantagens e desvantagens de ficar nesta posição seriam praticamente as mesmas já que a opressão é a resposta para todos os seus atos. Logo, colocar-se ativamente em um processo de *insubmissão* geraria um grau de esforço para o trabalhador que não seria revertido em nenhuma vantagem material explícita sendo, desse modo, preferível a “lei do menor esforço”.

E afinal, quais seriam as vantagens da *insubmissão*? Apesar do duro caminho que uma razão aperfeiçoada e o esforço de uma vida simples exigiriam, as vantagens da *insubmissão* seriam incomparáveis e incompreensíveis por todos aqueles que, submetidos ao ordenamento do Estado e acostumados com a violência enquanto pergunta e resposta a todos os atos humanos, não vislumbrariam a preservação da própria dignidade e a conquista do respeito por pessoas dignas como um benefício ao gênero humano. Neste ponto não importaria a classe ocupada pelos cidadãos, pois as vantagens da *insubmissão* atingiriam a ricos e pobres já que a dignidade e o respeito não são exclusivos de um grupo.

Esta dignidade da *insubmissão* revela o aspecto espiritual que permeia a proposta anarquista de Tolstói (2010, p.78) – “a atividade espiritual é a maior força e a mais poderosa. Move o mundo”. Aspecto que tem como base o cristianismo, mas não um cristianismo doutrinário das igrejas cristãs e sim, a pura doutrina de Cristo. A diferença não seria pequena: enquanto nas igrejas a prepotência, a violência, a arrogância, a rigidez e a morte seriam as

principais características, na doutrina de Cristo seriam a humildade, a expiação, o progresso e a vida os tópicos de maior importância. Desse modo é fundamental afirmar que qualquer tentativa de transformação social que desconsidere uma revolução individual efetiva sempre tenderá ao fracasso absoluto na proposta tolstoiana (WATRIN, 2012, p.110). Uma revolução sem a figura do revolucionário autor de violências, mas apenas do revolucionário conduzido pela renúncia de si mesmo com a finalidade de servir aos outros homens. Assim seria possível vislumbrar uma convivência sem a opressão mútua não necessitando das instituições amparadas pelo uso exclusivo da força, “mas sim de um estado moral dos homens, no qual, por convicção interior, e não por força, procedam com os outros como querem que os outros procedam com eles” (TOLSTOI, 2010, p.62).

Referências bibliográficas

OLIVA, Alberto. **Anarquismo e conhecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

PROUDHON. **O que é a propriedade?** Trad. Marília Caeiro. - 2ª edição. Lisboa: Editorial Estampa, 1975.

TOLSTOI, Leão. **A Insubmissão e outros escritos**. Trad. Plínio Augusto Coêlho. – Cotia: Ateliê Editorial; São Paulo: Editora Imaginário, 2010.

_____. **O reino de Deus está em vós**. Trad. Celina Portorrrero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994.

WATRIN, Jorge Paulo dos Santos. **O cristianismo libertário de Tolstói: implicações políticas de um saber religioso**. 2012. 156 f. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências da Religião, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

OODCOCK, G. **História das idéias e movimentos anarquistas - v.1: A idéia**. Trad. Júlia Tettamanzy. Porto Alegre: L&PM, 2007.